

## O governo da língua portuguesa na modernidade recente

The government of the Portuguese language in recent modernity

Welton Diego Carmim Lavareda<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará - UFPA  
diego.lavareda@hotmail.com

**RESUMO:** Trata-se de um estudo que analisa a perspectiva de governo da língua na modernidade recente, visando ampliar o debate sobre as relações de ensino-aprendizagem de língua portuguesa em um contexto de globalização linguística. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2010a; 2010b; 2010c; 2016a) e a operacionalização conceitual que vem sendo desenvolvida sobre gerenciamento linguístico na Amazônia (LAVAREDA, 2021a; 2021b). Assim, na busca de sistematizar o artigo, os procedimentos técnicos do estudo têm abordagem documental, tendo como instrumento para a produção dos arquivos da pesquisa as filigranas discursivas deixadas por alguns enunciados transversais. Almeja-se, com este texto, potencializar uma visão mais ampla sobre o conceito de língua na contemporaneidade e, em um mesmo gesto, oportunizar em que medida a arqueogenealogia pode ser compreendida como um trabalho dedicado à linguagem nessa articulação fundamental com o ensino de línguas.

**Palavras-Chave:** Governo da língua; Bilinguajamento; Estudos discursivos foucaultianos; Globalização linguística.

**ABSTRACT:** This is a study that analyzes the perspective of language government in recent modernity, aiming to broaden the debate on the teaching-learning relationships of the Portuguese language in a context of linguistic globalization. To do so, we consider Michel Foucault's theoretical-methodological framework within the framework of discursive studies (2010a; 2010b; 2010c; 2016a) and the conceptual operationalization that has been developed on linguistic management in the Amazon (LAVAREDA, 2021a; 2021b). Thus, in the quest to systematize the article, the technical procedures of the study have a documentary approach, having as an instrument for the production of the research files the discursive filigrees left by some transversal statements. The aim of this text is to enhance a broader view of the concept of language in contemporary times and, in the same gesture, to provide opportunities to what extent archeogenealogy can be understood as a work dedicated to language in this fundamental articulation with language teaching.

**Keywords:** Government of the language; Bilingual; Foucaultian discursive studies; Globalization linguistics.

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto do Instituto de Letras e Comunicação (ILC-UFPA), atuando na área de ensino-aprendizagem de línguas e formação de professores.

## Notas introdutórias

O conceito de modernidade recente mobiliza um olhar amplo para as fronteiras culturais presentes em nossas salas de aula e, ao mesmo tempo, institui um movimento de reflexão que ratifica o quanto professores e alunos estão, cada vez mais, imersos em limites imprecisos de zonas de contato linguístico<sup>2</sup>. Nessas condições de possibilidades históricas, torna-se, então, urgente uma avaliação cuidadosa sobre os processos de gerenciamento linguístico nas paisagens do presente, de modo que o próprio domínio conceitual de ‘governo da língua portuguesa’ (LAVAREDA, 2021a; 2021b) possa ser atualizado a partir de muitas releituras e ressignificações da própria experiência colonial, englobando outras redes de sensibilidades linguísticas deste grande atlântico ampliado que, de fato, desenha linguisticamente o Brasil contemporâneo.

Notamos com mais intensidade o quanto esta revisão se faz importante, quando dialogamos sobre como o processo de solidificação da língua portuguesa e seus possíveis confrontos locais, com manifestações linguísticas diversas, levaram a divisões e a reajustes na maneira de gestão linguística implementada no Período Colonial, inventando e congelando efeitos de longo prazo.

Deste modo, o presente artigo analisa a perspectiva de governo da língua na modernidade recente, visando ampliar o debate sobre as relações de ensino-aprendizagem de língua portuguesa em contextos de globalização linguística. Não exclusivamente com a preocupação direta com o ensino ou formação de professores, mesmo induzindo agudas reflexões sobre essas dimensões, porém com a missão de apontar a necessidade de dessedentarizar os sentidos, de possibilitar interpretações desviantes, diminuir distanciamentos e de deslocar o pensamento sobre a linguagem para o imprevisto.

O intuito maior, talvez, seja o de interligar responsavelmente saberes de diversas áreas na defesa de uma possível política da comunicação, isto é, o que está em jogo, acima de tudo, é garantir “[...] a existência das diferentes formas de expressão linguística e cultural dos diferentes grupos pertencentes de uma dada sociedade” (SEVERO; SITOIE; PEDRO, 2014, p. 11) e, em um mesmo gesto, fortalecer uma prática de pesquisa ativa à formação da nossa própria subjetividade enquanto docentes mergulhados em espaços notadamente mais plurais.

---

<sup>2</sup> “A denominação ‘modernidade recente’ faz referência ao período da história contemporânea que engloba as últimas décadas do século XX e os tempos em que vivemos, marcando um novo período da modernidade, no qual há uma série de mudanças avassaladoras de natureza econômica, política, tecnológica, cultural e social, em um mundo de complexidades, inseguranças, ambiguidades, instabilidades e, em última instância, de vertigens contínuas sobre modos de vida etc” (MOITA LOPES, 2013, p. 18).

Acabamos de ilustrar, indiretamente, a defesa de um movimento de estudo das línguas, por exemplo, sendo um possível direcionador de uma política de legitimação das práticas discursivas em que as línguas são usadas com diversos recursos semióticos agregados, levando em conta uma abertura bastante significativa para pensarmos algumas possibilidades de superação de profundas divergências circunscritas nos domínios dos estudos linguísticos, culturais, antropológicos etc.

É válido lembrar que quando falamos em governo da língua, ou seja, “[...] um sistema de restrição linguística, dependente do poder instituído e da conjunção e correlação de forças sociais no curso da história, passar a ser um elemento primordial para a dominação, processos de conquista e, posteriormente, funcionar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade” (LAVAREDA, 2021a, p. 54), estamos fazendo referência à língua do colonizador, em especial, a língua portuguesa, mas não atribuímos a esta perspectiva uma carga de significação cristalizada no tempo. Ou seja, o governo da língua, por excelência, neste artigo, continua materializando um sistema de relações diversas de dominação, transformação dos sujeitos tomando como centralidade a disciplinarização linguística, porém é crucial levarmos em consideração a periodicidade em que a categoria será aqui mobilizada e os novos fluxos migratórios constituidores das línguas e dos saberes.

A reflexão que se faz agora, portanto, é muito em função de outras condições de possibilidades históricas, pois a heterogeneidade linguística vivida em nossas salas de aula na modernidade recente, produtora de singularidades e de reflexos no processo de lusitanização vivido mais maciçamente à época da “colonização linguística”, tem novas configurações. Características que em muitos momentos parecem estar fora de todos os lugares, embora sejam localizáveis, e que complexificam essa ainda pretensa “unidade monolíngue brasileira”, potencializam o apagamento de muitas memórias e “[...] desatualizam as caracterizações construídas no passado para explicar as novas configurações da América Latina com a Europa” (CANCLINI, 2010, p. 12).

Daí também a urgência em tratar a linguagem como espaço, ou seja, segundo Michel Foucault (1964), como algo essencialmente que irá se tornar consciente no decorrer da história por muitos caminhos diferentes, fazendo com que cada elemento só tenha sentido em uma rede sincrônica, pois a língua funciona em um dado tempo. Assim é que a linguagem é espaço e, de igual modo, os espaços são acontecimentos conectados com determinadas redes de poder reprodutoras de um dado sistema linguístico, econômico, acadêmico etc, historicamente situados.

Em outras palavras, os vínculos e os distanciamentos linguísticos que irão compor as unidades analíticas deste texto, não se deixam mais explicar somente por uma relação puramente colonial de política linguística. Portanto, a partir dos tópicos a seguir, mostraremos como o governo da língua portuguesa e a incorporação de múltiplas cosmologias que o atravessam na modernidade recente, foram ressignificados ao longo do tempo, chegando até os dias atuais dentro de um novo retrato geopolítico e sociolinguístico que precisa ser visibilizado atentamente pelo professor do século XXI.

Posto desta forma, na busca de sistematizar a pesquisa, o trabalho está dividido em dois momentos: no primeiro, procuramos discutir sobre as questões teóricas, as quais fornecerão o suporte metodológico adequado para a compreensão dos movimentos analíticos. E, em um segundo momento, problematizaremos a dimensão de língua para que possamos compreender com mais propriedade as dinâmicas de espacialização linguística com base na interação que ocorre entre os sujeitos, enraizada nas práticas, em um mundo em que as fraturas, a hibridização, a mestiçagem, a superdiversidade, o capital, a internet e a mistura linguístico-identitária são cada vez mais evidenciadas em uma história do presente.

### **A arqueogenealogia: especificidade teórico-metodológica**

O estabelecimento de uma articulação renovada entre os estudos discursivos foucaultianos e o que chamamos de ‘governo da língua’ (LAVAREDA, 2021a; 2021b) deve ser pensado, prioritariamente, na valorização das singularidades inerentes a cada campo do saber e, por conseguinte, arquitetado na busca pela dimensão exata do que cada pesquisador almeja discutir ao chegar nas regras de formação dos objetos a serem investigados. Principalmente quando envolve a postura arqueogenealógica, porque o próprio Foucault é enfático ao dizer que não dispõe de um método que se aplicaria, igualmente, a domínios diferentes.

E um dos caminhos possíveis encontrados para colocar toda esta mobilização conceitual em prática, neste texto, é o pensamento de Foucault e sua filosofia da diferença.

Em linhas gerais, seus textos contêm reflexões acerca do ofício do historiador e a sua relação com o documento. Ele também desenvolveu pesquisas marcadas por uma singular fusão entre História e Filosofia, uma história conceitual que enfatizava tanto a mudança no tempo e a diacronia, elementos indispensáveis ao historiador, quanto ao que Deleuze definia como a função da Filosofia: criar conceitos (PEREIRA, 2016, p. 24).

Em *As palavras e as coisas*, publicado em 1966, por exemplo, mesmo não se referindo aos “historiadores de ofício” e pouco falando do campo da historiografia, o experimentador francês deixou claro que apresentaria um novo sistema analítico que, à época da publicação, ainda não tinha a nomenclatura própria e que foi designada posteriormente de ‘arqueologia’. Ou seja, apesar da obra efetivar um lugar plural de reflexão, porque há relações entre ciência, religião, arte, filosofia, política etc, a tese maior presente no livro pretende metodologicamente dar conta da constituição histórica dos saberes sobre o homem na modernidade, procurando distingui-los dos saberes clássicos. Logo, trata-se da transformação na ordem geral de três campos do saber das ciências do homem – saber sobre a vida (Biologia), saber sobre a linguagem (Linguística) e o saber sobre a economia (História Econômica), que no final século XIX atingiram o estatuto “científico” com Darwin, Saussure e Marx.

Transformação esta, diga-se de passagem, que possibilitou uma emergência diferenciada de conhecimento e inaugurou uma série de elementos para se estruturar um dado percurso da linguagem, alterando igualmente todo um sistema de positivities nas Ciências Humanas entre os séculos XVIII e XIX.

O que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou suas formas objetivas enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas de conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia” (FOUCAULT, 2016b, p. XIX).

Esta forma específica de análise intitulada *arqueologia*, que de certa maneira atravessa este artigo, representa como o pesquisador pode proceder em seu fazer analítico com profundidade, dividindo o tempo em estratos e os analisando sincronicamente em direção aos pontos de transformação, de ruptura, de deslocamentos dentro dos sistemas de pensamento.

A riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando do desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica. O que não significa, como veremos, abandonar a exigência de uma análise conceitual capaz de estabelecer descontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situada no nível dos saberes (MACHADO, 2007, p. 11).

Partindo da premissa de que uma temporalidade única não acomodaria elementos justapostos e independentes, de acordo com Pedro Navarro (2020, p. 15),

[...] os objetos de discurso sob investigação pelo mirante da *arqueogenealogia* impõem a realização de um trabalho que nos conduz a determinar que formas de relação podem ser descritas, por exemplo, entre a economia, as instituições, as religiões, as ciências e as literaturas, e se existe um sistema vertical entre essas séries.

Daí uma atenção especial para o critério da descontinuidade, tão pujante nas análises desenvolvidas por Foucault.

Cuidado que estabelece para o nosso estudo também um movimento genealógico ao fazer pesquisa, isto é, uma atitude de insurreição dos saberes dominados contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder.

É isso que eu chamaria de *genealogia*, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2016a, p. 43).

Em outras palavras, de acordo Foucault (2010d), a arqueologia seria o método próprio de análise das discursividades locais, designando o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades.

Ao elencarmos os objetivos para esta investigação, então, tomamos o fazer genealógico como um modo de desestabilização de alguns saberes formados pelas ciências do homem, a fim de pensar outros construtos teóricos e outras ferramentas analíticas para dar conta do que entendemos por língua portuguesa na modernidade recente e de como podemos conduzir uma *arqueogenealogia* a partir de novos contatos linguísticos, fluxos migratórios, enquanto artefatos de um estudo discursivo. Assim,

[...] a *arqueogenealogia*, é, conseqüentemente, referencial teórico, atitude analítica e método ao mesmo tempo. E os saberes dominados são blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição (NEVES-CORRÊA, 2018, p. 39).

Portanto, nossa postura *arqueogenealógica* está intimamente relacionada com as propriedades intrínsecas dos saberes produzidos por diversas histórias sobre a colonização

linguística na América Latina e suas atualizações. Assim, a tentativa de originalidade em abordagens discursivas as quais exigem a especificidade de uma sensibilidade interpretativa capaz de descortinar e compreender que as movências históricas são descontínuas, o progresso de uma ciência se realiza por meio de rupturas sucessivas, por negação, por “liquidação do passado”, e que o conceito de língua necessita ser revisitado de forma interdisciplinar pelo professor do século XXI, sobretudo pelo viés do discurso, são características marcantes deste modo de se fazer pesquisa. Sem desprezar as transformações históricas como grandes responsáveis pela nossa atual constituição como sujeitos objetiváveis por ciências, normalizáveis por disciplinas. Logo,

[...] chamaremos de “discurso” um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ela não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (a explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade de descontinuidade na própria história, que suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2010a, p. 132-133).

Os enunciados colocados em circulação a partir dos tópicos subsequentes, deste modo, estão além das possibilidades internas da língua, são ideologicamente marcados e só foram possíveis a partir das emergências históricas de um determinado momento. Neste sentido, o que torna um ato de fala em enunciado é justamente a função enunciativa, ou seja, “[...] o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2012, p. 42).

Por isso que para Michel Foucault o discurso não pode ser considerado apenas o contato, ou mesmo o confronto, entre uma realidade e uma língua, nem se limita a estabelecer uma conexão entre um léxico e uma experiência.

Gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias das práticas discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos [...] Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 2010a, p. 54-55).

O que pretendemos, portanto, a partir da *arqueogenealogia* anunciada, é continuar o movimento de devolver à discursividade sua espessura histórica, evidenciando a perspectiva de governo da língua constituinte no tecido da memória, “[...] uma vez que os lugares de memória dos discursos são eles mesmos” (NAVARRO, 2020, p. 14). E isso só é possível se descrevermos a maneira como se entrecruzam historicamente regimes de práticas e séries de enunciados, rearticulando o linguístico, o discursivo e o histórico, na direção apontada por Michel Foucault. Falamos aqui, por conseguinte, da precisão constante de deslocarmos “[...] os discursos escritos-legítimos-oficiais para o registro dos diálogos, réplicas, narrativas, histórias, provérbios, aforismos etc” (GREGOLIN, 2012, p. 46).

Perspectivas que lançam outros olhares para além da análise puramente linguística e, fundamentalmente, nos possibilitam uma imersão mais aplicada no governo da língua portuguesa na contemporaneidade.

### **A língua como prática discursiva**

*Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto, ou seja, aquilo que se vê e se toma como objeto de estudo, numa ciência qualquer, depende, em boa medida, do lugar de onde se olha a realidade que nos cerca e, em especial, a paisagem que nos interessa.<sup>3</sup>*

Desde a publicação do *Curso de Linguística Geral* ([1916] 2006) no início do século XX, a Linguística iniciada a partir de suas ideias motrizes, assim como as escolas delas decorrentes, aperfeiçoaram, inegavelmente, uma metodologia prática e funcional de abordagem dos fatos linguísticos. A obra, em distintas apropriações da leitura, despertou múltiplos tipos de interesses, adesões, críticas e recusas. Entretanto, se pensarmos o *Curso...* (SAUSSURE, 2006) como um discurso seminal e reconhecemos a partir da epígrafe assinalada a gênese para a discussão deste tópico, perceberemos que o mestre genebrino tinha razão neste ponto.

A conceituação de língua, por exemplo, seja ela o que for, não se deixa apreender por inteiro se confrontarmos diferentes domínios do saber. Basta pensarmos, no próprio âmbito dos estudos linguísticos, o que é língua para os cursos de Morfossintaxe, qual o entendimento que o campo da Linguística Textual tem sobre o mesmo conceito (e nem vamos entrar aqui

---

<sup>3</sup> Saussure (2006, p. 15).



nas próprias subdivisões da área citada), de que maneira o campo da Análise do Discurso enxerga tal especificidade etc.

Isto posto, no que diz respeito à dimensão de língua na modernidade recente, é preciso escolher um ponto desde o qual a gente a observe para daí tirarmos algumas conclusões, todas sempre muito instáveis. Dito de outra maneira, é extremamente difícil existir um conceito completo de língua fundamentado em uma inteligibilidade mútua, não conflituosa. Na maioria dos processos de ensino-aprendizagem, a decisão é mais política do que linguística.

Vale notar, paralelamente ao que acabamos de escrever, que em certas situações cotidianas podemos até usar a mesma língua, padrões sintáticos bem parecidos, mas no “jogo jogado” em circunstâncias diferentes, como nos alerta Walter Mignolo (2020, p. 300),

[...] notamos práticas verbais distintas: folclore não é literatura, tal como o mito é história. Em ambos os casos, a “sabedoria popular” foi inventada para distinguir “o gosto e o conhecimento do gênio e da minoria culta”, estabelecendo uma hierarquia de práticas culturais paralelas aos regulamentos econômicos e políticos e ao governo.

Não estamos defendendo que a definição de um termo não seja válida e necessária para o âmbito científico. Pelo contrário! É amplamente decisiva para o tipo de abordagem que o pesquisador fará, porque a dimensão conceitual consolida a maneira pela qual ele movimentará determinado *corpus*. Assim, o objetivo maior deste tópico é justamente abrir espaço à reflexão sobre o conceito de língua adotado nesta expedição discursiva.

Na ótica assumida nesta pesquisa, portanto, os significados sociais e identitários são essenciais ao conceito de língua proposto, muito em função do diálogo “[...] que se alinha com a crítica foucaultiana dos regimes de verdade na medida em que questiona discursos sobre as línguas tomadas como unidades pré-definidas que podem ser isoladas, descritas, nomeadas e consideradas como modelos comparáveis” (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 106-107).

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e os falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2011, p. 273).

Deste modo, descortinamos a paisagem que nos interessa mais de perto, pois as noções de língua, especialmente aquelas que versam uma atualização do velho conceito de

patrimônio nacional, conforme estabelecido sob o escudo do dogma do nacionalismo da Renascença, passam agora a ser conceituadas de maneira mais fluidas, variadas e contraditórias. Visto que algumas teorizações já não fazem mais sentido quando os sujeitos passam a ser entendidos como viventes em zonas de fronteira ou zonas de contato, o que leva à necessidade de refletirmos diferentemente sobre o caráter hipostático no qual um determinado sistema linguístico se faz existir, isto é, sobre a atribuição de existência concreta e objetiva a uma dimensão fictícia, abstrata ao pensamento humano. Uma língua com poder de decisão, uma “língua-sujeito”, uma língua construída que resiste ao tempo<sup>4</sup>.

Não há dúvidas que a língua “vive”, tem uma existência substancial, é algo que pode ser apreendido por nossos sentidos. Entretanto, de acordo com Marcos Bagno (2011), fica muito difícil, talvez impossível, não converter um dado conjunto de sons, de palavras e significados em um produto mais além do que ele é: em um objeto, em um construto que logo é envolvido em uma trama de representações sociais, crenças, superstições, conflitos. O equívoco cognitivo está em acreditar que esse objeto cultural, fruto de uma tática de hipostasiamento, é que é a língua.

Um exemplo claro pelo qual uma língua se transforma em uma hipóstase é o que se chama, tomando como base as dimensões política e ética das políticas linguísticas em contextos coloniais e pós-coloniais de uso da língua portuguesa, de *padronização*: o uso da língua e da organização social do comportamento linguístico com foco específico nas relações que os sujeitos de uma dada sociedade mantêm entre si por meio da linguagem.

Desta forma, o processo de *padronização*, então, agarra a língua e a retira de sua vida íntima, “[...] e a transforma numa instituição, num monumento cultural, em veículo de uma política nacional e, em várias ocasiões ao longo da história, de uma política imperial, colonial” (BAGNO, 2011, p. 359). Uma vez “objetificada”, essa língua pátria, “a língua inventada pelo patrão” (colonizador), exterminou muitos povos indígenas, distribuiu os escravizados africanos em lotes de indivíduos falantes de línguas diferentes e etnias rivais para que não emergisse nenhuma solidariedade entre eles, ridicularizou e ainda oprime sujeitos de variantes regionais e rurais do português brasileiro.

Esse posicionamento permite vislumbrarmos, mesmo que de maneira ainda panorâmica, o desejo de acesso a uma nova episteme: neste caso, uma diferente ideologia linguística. Dito de outro modo, trata-se, neste estudo, em observarmos a língua (mesmo

---

<sup>4</sup> Na reflexão moderna, segundo o dicionário Houaiss, *hipóstase* é um “[...] equívoco cognitivo que se caracteriza pela atribuição de existência concreta e objetiva (existência substancial) a uma realidade fictícia, abstrata ou meramente restrita ao caráter incorpóreo do pensamento humano”.

como hipóstase) na direção de uma função enunciativa determinada, em uma dada época e para alguma área social por condições específicas de possibilidades de dizer (e de fazer), determinadas por relações de saber e de poder, isto é, como uma “prática discursiva” (FOUCAULT, 2010a, p. 133). Até porque a língua não é um conceito claro e delimitado, sobretudo para a ciência linguística.

As ciências são línguas benfeitas na mesma medida em que as línguas são ciências incultas. Toda língua deve, pois, ser refeita: isto é, explicada e julgada a partir dessa ordem analítica que nenhuma dentre elas segue exatamente; e reajustada eventualmente para que a cadeia de conhecimentos possa aparecer com toda a clareza, sem sombra e sem lacuna (FOUCAULT, 2016b, p. 120).

A complexa natureza da linguagem nos impulsiona, por conseguinte, que não é o ser da linguagem o ocupante do centro da interação comunicativa, mas sim os seus usos e suas práticas, no âmbito de outras práticas que podem não ser necessariamente de caráter linguístico. Estaria assim, talvez, inclusive, explicada a afirmação de que a língua e o discurso são indissociáveis, apoiam-se um no outro, que um determinado desempenho linguístico só é criado em vista do discurso e que as práticas discursivas constituem a condição de existência das línguas, e não o contrário. Logo, “[...] a relação entre o discursivo e o não discursivo haverá de converter, desse modo, em uma via de acesso à análise histórica dos usos da linguagem. A problemática da linguagem, em Foucault, vai, assim, ‘do ser da linguagem’ ao ‘uso da linguagem’, às práticas discursivas” (CASTRO, 2016, p. 251).

A postura arqueogenealógica que abarcará este tema, então, pela provocação que se assume, é um importante diagnóstico de como ainda nos intrigamos com as dimensões de linguagem, língua, discurso, política linguística, história que, na presente pesquisa, são o acesso às redes de memória e à espacialidade discursiva decorrentes da modernidade recente e, em um mesmo gesto, elementos fundamentais para questionarmos as meticulosidades, as fraturas que se impõem nas emergências da política linguística colonial – e seus efeitos na contemporaneidade –, portanto, “[...] na entrada em cena das forças” (FOUCAULT, 2016a, p. 67), do discurso e do poder no que intitulamos, hoje, de governo da língua.

### **Globalização linguística e desterritorialização**

Revisitar o aspecto de governamentalidade da língua para além de uma estratégia de hierarquização linguística, funcionando como alvo de uma razão de Estado pelos invasores

portugueses, sobretudo, no Período Colonial, se dá muito em função das situações migratórias que ocorreram ao longo dos séculos, de modo a expor uma gama de realidades sociolinguísticas extremamente ampla, que potencializam, contudo, peculiaridades comuns. Assim, o que propomos aqui é “[...] discutir as relações que se sedimentam entre línguas, culturas, identidades e mobilidades, por meio de diferentes conceitos” (GOROVITZ; GOMES, 2019, p. 9).

Isto posto, o governo da língua portuguesa nas paisagens do presente precisa ser atualizado a partir de variadas reinterpretações da própria experiência colonial em suas atualizações e fraturas, conforme já dito anteriormente. Afinal, hoje a tônica do debate também necessita recair nas práticas linguísticas e sociais constituidoras da era digital, da internacionalização da educação superior cada vez mais marcada no âmbito acadêmico latino-americano, no “valor de mercado” de um dado idioma etc.

Este tópico, então, pela periodicidade que está situado, aponta de maneira mais enfática como o processo de solidificação da língua portuguesa e seus possíveis confrontos locais com manifestações linguísticas distintas, levaram a divisões e a reajustes no modo de gestão linguística implementado no Período Colonial no Brasil. Basta avaliarmos, por exemplo, como a partir do final do século XX, as grandes migrações e o avanço das novas tecnologias transformaram a ecologia das línguas gerando dois movimentos importantes.

O primeiro deles é o movimento de globalização linguística e desterritorialização, no qual surge uma cadeia planetária de processos industriais, tecnológicos, econômicos e culturais, entre outras particularidades, que interpela sujeitos muito diferentes, em práticas discursivas distintas que ignoram fronteiras geográficas, colocando a língua portuguesa entre as redes de sensibilidades linguísticas mais utilizadas do globo. Característica que lhe atribui um “*pe\$*o” de mercado muito significativo, como podemos notar nos dados da Imagem 1.

Imagem 1 - O peso da língua



Fonte: Banco Mundial, 2016.

Ao todo, portanto, temos 81 países conectados com a língua portuguesa, em variados graus de proximidade, migrações, mobilidades, gerenciamentos linguísticos e de limites duvidosos em várias zonas de contato.

[...] o português, em meio a grande variedade de situações sociolinguísticas, é língua oficial em dez países, oito deles membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), mais a Guiné Equatorial, que oficializou em 2011 ao lado do espanhol e do francês, e da China ou mais exatamente da RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, onde é cooficial ao mandarim até 2049. A língua ocupa oficialmente 10,7 milhões de quilômetros quadrados e está presente na América, África, Europa e Ásia – nesta ordem em termos demolinguísticos – e tem de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou segunda língua em variados graus de proficiência, número que cresce em velocidade moderada, com grandes variações entre os continentes: baixo crescimento na Europa e na Ásia, médio crescimento na América do Sul, e grande crescimento na África Meridional, hoje maior polo de crescimento vegetativo do idioma (OLIVEIRA, 2013, p. 55).

Na internet, como mais um exemplo, o português alcançou recentemente cifras exponenciais de usuários, passando a ser, em 2011, a quinta língua mais usada na rede de conexões globais. Logo, se pensarmos no campo da economia linguística, isto implica que novos mercados linguísticos e outras subjetividades devem ser visibilizados na reflexão sobre

o governo da língua portuguesa na modernidade recente, dada a finitude e a possível saturação da produção em uma única língua, uma única cosmologia.

É o que fazem as empresas de tecnologia de ponta, como o *Google*, funcionando em várias línguas. De modo que o “[...] lucro advém da soma de todos esses mercados linguísticos. Para poderem alcançar mercados, precisam preparar instrumentos multicanal, para que todas as línguas possam funcionar ao mesmo tempo, o que indica a prioridade do multilinguismo no mundo digital” (OLIVEIRA, 2013, p. 63). Assim, não podemos mais ignorar a relevância das teorizações sobre a globalização para o campo do governo das línguas, formação de professores, estratégias de ensino-aprendizagem.

O mundo da tecnologia digital, dos choques e das mudanças socioculturais, das hibridizações de vários tipos (linguísticas, culturais, discursivas etc), da hipersemiotização de vários tipos, dos fluxos entre fronteiras físicas e virtuais, entre outros processos, com os quais nos deparamos continuamente, constituem um mundo no qual a linguagem ocupa um espaço privilegiado. Este é um mundo no qual nada de relevante se faz sem discurso. Assim a linguagem passa a ocupar um espaço diferenciado em nossas vidas sociais, o que precisa ser considerado ao que chamamos de português (MOITA LOPES, 2013, p. 19).

Acontecimentos ratificadores do quanto as línguas (como práticas discursivas) desempenham papel essencial na nova ordem mundial multipolar. Daí, inclusive, a necessidade de estabelecer programas de educação bilíngue e intercultural.

De fato, têm sido implementados modelos educativos de todos os níveis, cujo escopo é a mobilidade da população e a comunicação em contexto multilíngue. Por exemplo, na Colômbia, o Plano Nacional do Bilinguismo 2004-2019 foi concebido como uma estratégia de suporte a acordos internacionais, como a Área de Livre Comércio da América Latina – ALCA. Da mesma forma, a implementação de programas e leis nacionais favorecem o ensino do espanhol e do português em países como Argentina, Uruguai e o Brasil, com o objetivo de consolidar as línguas do Mercosul (ERAZO; DEGACHE; SILVA, 2019, p. 12).

Paralelo ao movimento de globalização linguística e desterritorialização, surge um movimento de ressignificação de muitas práticas linguísticas. Neste caso, vale lembrar, ocorre uma “retomada” de algumas redes de sensibilidades linguísticas locais, com o objetivo de solidificar traços culturais capazes de marcar a diferença entre cosmologias e a vinculação destas a seus territórios ou povos de origem. As mediações entre os dois movimentos implicam o surgimento de subjetividades híbridas e oportunizam novas possibilidades de bilinguajamento, por exemplo, nos processos de ensino-aprendizagem de línguas e convivência entre os povos.

Além do mais, a razão pela qual prefiro *bilinguajamento* e o bilinguismo ao bilinguismo é que estou tentando tratar de algo que está além do som, da sintaxe e do léxico, e além da necessidade de ter duas línguas [...] Ora, já que o linguajamento interage dentro da língua e a língua é o que permite descrever e conceber o linguajamento, então *bilinguajamento* seria precisamente um estilo de vida entre línguas, um processo dialógico, ético, estético e político de transformação social (MIGNOLO, 2020, p. 350).

Um bom exemplo destas dimensões são o *kaingang* (língua falada no Sul do Brasil por grandes comunidades indígenas) e o *nheengatu* (falado em várias regiões do Amazonas, especialmente no alto Rio Negro, médio e baixo Amazonas e no baixo Tapajós) e o seus papéis na (re)construção de identidades, entre passado e futuro, mesclando tradições locais e globais de pertencimento linguístico e de visibilidade de cosmologias indígenas.

Citamos estas duas línguas, porque estão disponíveis em qualquer *smartphone Motorola* que já tenha recebido o *Android 11*. Instrumentos, portanto, que programados para receberem essa versão também contarão com essas novas opções de idioma. Assim, estas práticas discursivas, de acordo com Stuart Hall (2006, p. 56), tendem a equilibrar “[...] a tentação por retomar glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade”.

Movência histórica que reforça a hipótese de que se o conceito de língua é político-ideológico – e muito difícil de ser estabelecido por um rigor teórico preciso e único em um ambiente de superdiversidade, por mais que a ciência linguística venha lutando para fazer dele o seu fundamento –, também é político-ideológico o critério que historicamente distingue o modo de governamentalidade das línguas e, em uma mesma atitude, o governo da língua portuguesa, das línguas indígenas, africanas, das línguas de acolhimento etc.

Por isso ressaltamos que uma das características mais potentes que singularizam o governo da língua na modernidade recente, no que diz respeito aos procedimentos de controle do discurso (FOUCAULT, 2010c), são os critérios de avaliação (ajuizamento) que uma série de dispositivos instituiu por meio táticas (usos em esferas privadas, pequenos grupos; que são apreendidas no uso social do discurso, por exemplo, regras de polidez ) e de estratégias (usos em esferas públicas, mais ou menos formais; que constituem um conjunto de procedimentos mais sistematizados, apreendidos pela escolarização). Afinal, a capacidade humana para aquisição e o uso efetivo da língua são necessariamente atualizados dentro das relações sociais.

Com efeito, o gesto de leitura concretizado a partir da Imagem 1 coloca a língua, como prática discursiva, enquanto elemento central dessa outra retórica de gerenciamento linguístico em muitos cantos do globo. Até porque consideramos

“[...] que a mundialização do conhecimento permite cada vez mais que pessoas vivam em sua própria língua sem que isso suponha qualquer forma de isolamento, exclusão, abertos a outras línguas e variedades, capazes de se comunicar com outras culturas por mais distantes que elas estejam geograficamente” (LAGARES, 2013, p. 359).

São acontecimentos que mostram novamente ao professor do século XXI que o simulacro das “monoidentidades” se torna inverossímil e explode, com particular evidência, nas salas de aula dos grandes centros urbanos.

E no caso específico da globalização linguística e dos processos de desterritorialização anunciados, outro exemplo recente é o grande crescimento do português brasileiro e da língua portuguesa na África Meridional, atualmente o maior polo de crescimento vegetativo destes sistemas de integração cultural. Características que maximizam pontos de apoio e de criação de interesses para a manutenção dessas línguas no exterior e como um ponto fundamental para o intercâmbio comercial e cultural entre essas bases geopolíticas.

Refletir sobre as possibilidades de governamentalidade linguística na contemporaneidade, portanto, é um importante diagnóstico do modo como ainda nos enredamos e narramos o jogo conflituoso entre a linguagem, ensino e discurso, como chaves interpretativas àquilo com que nos ocupamos desde o início desta jornada de pesquisa: o governo das línguas. Vale lembrar que “[...] a dupla forma que articula linguagem e discurso é o dilema que produz revisões na arqueologia e que conduz cada vez mais a outra dupla forma: discurso e poder” (PRADO, 2018, p. 97).

Desta maneira, acabamos de evidenciar que as línguas, especialmente em uma perspectiva discursiva, não podem ser tratadas como realidades autônomas, pré-existent, isoladas, abstratas, mas sim resultados de variadas práticas discursivas historicamente situadas, impulsionadoras de uma re colocação de linguagens e culturas possibilitada pelo próprio processo de interconexão global e suas condições sócio-históricas.



### **Considerações finais: por uma interpretação de indícios**

Para as reflexões apresentadas ao longo deste percurso textual, deixamos bem claro que, pelo tipo de referencial teórico-metodológico proposto, nosso olhar discursivo estaria voltado para os indícios que permitissem construir um percurso analítico mais contemporâneo sobre a dimensão de governo da língua portuguesa.

Posto desta forma, seguindo as pistas de enunciados transversais, ou seja, de acordo Alain Bourreau (1989), permitindo uma forte unidade a um período, a uma transformação, nos campos mais diversificados, nos registros sociais mais distintos, evidências importantes para uma análise discursiva bem acurada, entrepostos às marcas sutis de vários acontecimentos discursivos, que nosso gesto de leitura se movimentou para que pudéssemos também fortalecer conceitualmente mais uma perspectiva de gerenciamento linguístico na história do presente.

Com efeito, foi no jogo entre a opacidade do que se revela de imediato e por meio de constantes (re)fazer interpretativos que nossa leitura indiciária se construiu e se consolidou no processo de escrita do artigo. Essa quem sabe tenha sido uma das características principais da postura interdisciplinar deste estudo: mudar o “lugar” e o “tom” das perguntas com o objetivo de se chegar a determinadas “pistas” para além da dimensão linguístico-estrutural de uma determinada língua, de um determinado sistema de interação.

A busca incessante por uma proposta interdisciplinar, por conseguinte, surgiu desde o início do processo de reflexão na emergência de trazer novas mediações culturais que democratizassem, de fato, uma maior circulação de bens culturais, ideologias, políticas da comunicação, comportamentos, espaços de vivência, cosmologias etc, apontando, com base em Alan Carneiro (2013), para a necessidade de compreender como as estruturas e os processos sociais, em contextos plurilíngues, legitimam e deslegitimam certas escolhas linguísticas.

Deste modo é que a língua como prática discursiva tornou-se para nós uma questão de cultura(s) e, de igual modo, não só de conhecimento, mas de reconhecimento: “Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir do seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 28).

Portanto, para além da experiência peculiar do colonialismo e da língua portuguesa como legado colonial, vale o registro, acreditamos que este artigo também apresenta uma

especificidade importante para o avanço de determinados debates linguísticos. O principal deles diz respeito a entendermos o governo da língua portuguesa, hoje, dentro da evidente heterogeneidade etnocultural, sociolinguística e socioeconômica dos países que movimentam esta rede de sensibilidade linguística.

Abrir novos horizontes para a ampliação da discussão sobre determinada nomenclatura/conceito, então, proporciona um ganho significativo para a consciência da diferença. Elemento-chave para a ressignificação de algumas mediações culturais, de alguns estatutos científicos de verdade e, principalmente, de ampliação de outros caminhos possíveis para o debate sobre as relações de ensino-aprendizagem de língua portuguesa em um contexto de globalização linguística.

## Referências

BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 355-387.

BOURREAU, Alain. Propositions pour une histoire restreinte des mentalités. **Annales ESC**, n. 6, p. 1491-1504, nov.-dez. 1989. Disponível em : <[https://www.persee.fr/doc/ahess\\_0395-2649\\_1989\\_num\\_44\\_6\\_283666](https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1989_num_44_6_283666)>. Acesso em : 6 out. 2021. DOI : <https://doi.org/10.3406/ahess.1989.283666>

CANCLINI, García Néstor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARNEIRO, Alan. Conflitos em torno da (des)construção da(s) língua(s): a situação da língua portuguesa no contexto multilíngue de Timor-Leste. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **O português no século XXI – cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola editorial, 2013, p. 192-218.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

ERAZO, Angela; DEGACHE, Christian; SILVA, Regina Célia da. Contato linguístico e comunicação plurilíngue como meio de inserção acadêmica de estudantes estrangeiros. In: GOROVITZ, S.; GOMES, D. (Orgs.). **Fronteiras linguísticas em contextos migratórios**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019, p. 11-41. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523013448.0002>

FOUCAULT, Michel. **Linguagem e literatura**, texto das duas conferências pronunciadas nas Facultés Universitaires Saint-Louis, de Bruxelas, nos dias 18 e 19 de março de 1964, 1964.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** – curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2010d.

FOUCAULT, Michel. A função política do intelectual. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos VII**. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016b.

GOROVITZ, Sabine; GOMES, Dionei (Orgs.). **Fronteiras linguísticas em contextos migratórios**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523013448>

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 33-52.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAGARES, Xóan Carlos. **Qual política linguística?** São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LAVAREDA, Welton. **O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia**. 2021. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos), Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021a.

LAVAREDA, Welton. O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana. **Revista Cocar (Online)**, v. 15, n. 33, p. 1-18, 2021b. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4477>>. Acesso em: 7 jan. 2022.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações** – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais** – colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

NAVARRO. Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Revista Moara** – estudos linguísticos, v. 1, n. 57, p. 8-33, ago-dez. 2020.

Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682>>. Acesso em: 13 dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i57.9682>

NEVES-CORRÊA, Maurício. **Heterotopias no país do milagre**: os corpos indígenas e as histórias filmadas. 2018. 170f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2018.

OLIVEIRA, Gilvan. Um atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **O português no século XXI** – cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola editorial, 2013, p. 53-73.

PEREIRA, Lucas de Almeida. **Da Filosofia à História**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PRADO, Tomás. **Foucault e a linguagem do espaço**. São Paulo: Perspectiva. Rio de Janeiro: PUC, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERO, Cristine; SITO, Bento; PEDRO, José. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

SEVERO, Cristine; MAKONI, Sinfree. **Políticas linguísticas Brasil-África**: por uma perspectiva crítica. Coleção Linguística, vol. 5. Florianópolis: Insular, 2015.

Recebido em: 4 de fevereiro de 2022

Aceito em: 26 de abril de 2022